

I Escola Europa foi um sucesso



Pg. 07

EDITORIAL CARLOS COELHO

Populismos

Não vale a pena tentar ignorar o que é evidente: **há uma tensão populista no Mundo**. Há lideranças eleitas que cavalam discursos populistas, nacionalistas e isolacionistas e por vezes tão irresponsáveis que ainda há poucos anos julgaríamos impossíveis.

A isso soma-se a emergência do **discurso radical** que alavanca resultados eleitorais de partidos extremistas e que, nalguns casos, **contamina partidos mais tradicionais** que receiam perder terreno eleitoral.

Existem, ainda, **campanhas organizadas de desinformação** e até parece normal habituarmos-nos às chamadas "Fake News".

É altura de fazer o combate, de **não ceder à moda**. É o momento de **apostar na cidadania e na inteligência dos cidadãos**. Os eleitores **reconhecem quem fala verdade e não embarcam em demagogias**. Necessitamos de meios robustos para contrariar a desinformação mas antes de tudo temos de ser corajosos no seu combate. Os políticos devem pôr os olhos no que aconteceu na **Holanda** e em **França**. Muitos **diziam que os extremistas iriam esmagar e a verdade das urnas foi bem diferente...**

Brexit e os cidadãos europeus Carlos Coelho apoia resolução do PE

Pg. 02

Marcelo Rebelo de Sousa no Parlamento Europeu visita exposição promovida por Sofia Ribeiro

Pg. 05

Fernando Ruas debate carne do Brasil

Pg. 04

Carlos Coelho apoia resolução do Parlamento Europeu sobre o Brexit



O Parlamento Europeu aprovou uma resolução comum sobre as negociações com o Reino Unido, na sequência da notificação da sua intenção de se retirar da União Europeia. Esta resolução foi proposta por cinco grupos políticos, entre os quais o Partido Popular Europeu (PPE), sendo igualmente assinada pela Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais.

Carlos Coelho, que já havia reagido ao despoletar do Brexit com a activação do artigo 50.º do Tratado da União Europeia comentou o conteúdo desta resolução, que apoiou. Em declarações, em Estrasburgo, afirmou que *“a saída do Reino Unido da União Europeia, que lamento, exige um processo negocial de boa-fé, mas também a realização de reformas na UE a 27. O Reino Unido é Estado-Membro de pleno direito até ao momento da saída, estando vinculado a todas as obrigações daí decorrentes, designadamente ao respeito ao princípio da cooperação leal”*. Acrescentou que *“as negociações são lideradas pela Comissão, mas o Parlamento Europeu tem, necessariamente, de assumir um papel central, enquanto única instituição europeia eleita directamente pelos cidadãos europeus, inclusive pelos britânicos. Estou certo de que o conteúdo desta resolução será tido em conta pela Comissão e espero que o Parlamento se pronuncie em todos os momentos em que estiver em causa a defesa do interesse dos cidadãos que representa”*.

Questionado sobre o acordo de saída, o social-democrata recordou que *“o Tratado determina um prazo para o fim das negociações e eu entendo que tem de ser cumprido: temos de chegar a um acordo de saída antes das eleições europeias de 2019 para não inundar a campanha eleitoral com o Brexit. No que respeita a este acordo, a resolução destaca seis elementos, mas eu destaco a necessidade de garantir os direitos dos cidadãos europeus residentes no Reino Unido (onde vivem, estudam e trabalham muitos portugueses) e assegurar um estatuto legal adequado para todos eles”*.

Sobre as futuras relações entre a UE e o Reino Unido, Carlos Coelho recordou que *“a adesão ao mercado interno implica a aceitação das quatro liberdades de circulação, a jurisdição do Tribunal de Justiça, as contribuições para o orçamento geral e a adesão à política comercial comum. Será sempre preferível contar com o Reino Unido dentro do mercado interno, do Espaço Económico Europeu e da união aduaneira, mas sem preencher estas condições, essa participação não é aceitável. Não pode um Estado terceiro ter melhores condições de participação que um Estado-Membro da UE”*. Sobre outros aspectos da futura cooperação, ressaltou que *“a participação do Reino Unido em alguns programas da UE continuará a fazer todo o sentido - e aqui penso, particularmente, no programa Erasmus+, mas temos de ter consciência de que a presença do Reino Unido*

implica a aceitação do Direito da União e das suas políticas”.

Numa nota sobre o futuro da União a 27, o Deputado português sublinhou que *“o Brexit não pode ser só a discussão do “divórcio”, mas também deve servir para a UE protagonizar reformas impossíveis até aqui, muitas delas bloqueadas por sucessivos governos britânicos. No imediato, temos de começar a perspectivar as mudanças institucionais necessárias, no quadro do Tratado, mas também questões mais concretas como as regras de financiamento de políticas europeias, com a redacção de um novo quadro financeiro plurianual que aborde directamente a questão da reforma dos recursos próprios. Além disso, precisamos começar a ajustar o Direito da União Europeia, adaptando-o a uma união a 27 e explorando todo o potencial do Tratado de Lisboa”*.

Rematou, abordando a questão particular da República da Irlanda: *“Estou muito preocupado com a futura relação entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte. A abolição da fronteira foi mais que simbólica: representou um marco no processo de Paz que tanto custou a alcançar e em que a União desempenhou um papel crucial. O Acordo de Sexta-Feira Santa tem de ser salvaguardado, em toda a sua extensão, para que esta questão não volte a assombrar a comunidade internacional, a União Europeia e o Reino Unido”*. 

Posição de Rangel sobre Futuro da Europa aprovada em Malta

O Partido Popular Europeu esteve reunido em congresso em Malta. **Paulo Rangel**, vice-presidente do Partido Popular Europeu e vice-presidente do grupo parlamentar da maior família política europeia foi um dos autores das teses sobre o Futuro da União Europeia que foram aprovadas em Valetta. O documento foi o resultado de um longo trabalho coordenado pelo antigo Primeiro Ministro belga e Presidente do Conselho Europeu, **Herman Van Rompuy**. **Rangel já tinha sido o autor do documento sobre o Futuro da Europa** aprovado pelo Grupo Parlamentar no passado mês de Fevereiro. O congresso do PPE contou com a presença de diversos dirigentes europeus, incluindo a chanceler alemã, **Ângela Merkel**. 



Apresentação do livro "A Economia Social em Portugal"

Foi apresentado no Porto o livro «*A Economia Social em Portugal*», uma obra coordenada e editada pelo eurodeputado **José Manuel Fernandes**, com o objetivo de explicar e informar sobre as “necessidades, perspetivas e fontes de financiamento” das entidades ligadas ao setor social no país.

“Este livro foi escrito com o objetivo de, informando, ajudar a concretizar investimentos que são importantes para qualidade de vida das pessoas, dos nossos cidadãos, para a defesa e preservação da dignidade humana e dos valores humanos”, sublinhou José Manuel Fernandes.

No capítulo sobre “*novos instrumentos e novas práticas de financiamento da economia social: o caminho para maior impacto*”, o Eurodeputado refere-se de forma mais específica aos fundos e programas europeus, sejam os geridos em Portugal se-



jam os geridos centralmente em Bruxelas, cabendo referências especiais ao Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos – o “*Plano Juncker*” –, de cuja revisão José Manuel Fernandes é negociador pelo Parlamento Europeu.

O livro foi apresentado pelo Eurodeputado e vice-presidente do PPE, **Paulo Rangel**, que destacou o enfoque da obra sobre a inovação social. “*É uma área que o livro e José Manuel Fernandes pretendem claramente estimular*”, apontou Rangel, destacando o caráter inovador de um livro que não é apenas para se ler de forma inconsequente, mas antes se assume de grande utilidade e que suscita efeitos/consequências práticas.

O comissário europeu **Carlos Moedas** encerrou a cerimónia, que teve lugar no Auditório D. Pedro IV da Santa Casa da Misericórdia do Porto, onde marcaram presença diversos autarcas e dirigentes de instituições sociais do norte do país. Ressaltou o contributo do livro para a concretização da inovação social, que – como frisou o comissário – é “*a arma decisiva para combater a desigualdade e a exclusão social*”. 

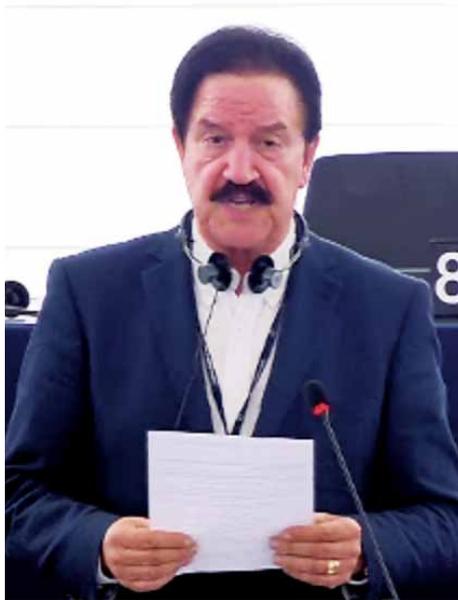
Eurodeputado Fernando Ruas

intervém em plenário sobre a operação “carne fraca” no Brasil

No final do mês de Março, foram veiculadas publicamente notícias relativas a um alegado esquema de fraude e corrupção divulgado pela operação “carne fraca” no Brasil, levado a cabo pela Polícia Federal Brasileira, envolvendo diversas empresas de transformação de carne brasileiras, bem como 33 inspectores agropecuários, que terão exportado para os mercados externos carne imprópria para consumo.

Recorde-se que este país é o **maior fornecedor de carne da União Europeia** (com um volume de exportação de 1.750 mil milhões de dólares norte americanos no ano passado), sendo ainda o maior exportador mundial de carne bovina e de frango e o quarto em carne de porco. O valor total das exportações de carne de vaca, porco e frango cifra-se em cerca de 13 mil milhões de euros para a economia brasileira (2014).

Na qualidade de Presidente da Delegação para as relações com a República Federativa do Brasil, **Fernando Ruas** interveio na sessão plenária em Estrasburgo, no seguimento de uma pergunta oral à Comissão Europeia sobre



esta matéria, para transmitir uma mensagem de esclarecimento, tranquilidade e confiança aos cidadãos europeus.

Na sua mensagem no Hemiciclo, quis chamar

a atenção para o facto de *“estarmos perante um caso judicial”*, reafirmando *“o empenho, a transparência e a eficácia das autoridades brasileiras nesta investigação, que permitiu a retirada imediata dos lotes suspeitos do mercado”*.

Fernando Ruas sublinhou ainda que *“as autoridades dos dois lados do atlântico agiram de forma rápida e eficiente relativamente a um problema que afecta todos e não apenas os produtores de carne de determinado país”*.

Segundo o Deputado ao Parlamento Europeu, a solução para este problema deverá passar por *“exigir às empresas desta cadeia de valor com vendas na Europa, que cumpram estritamente a Legislação e que as autoridades competentes garantam o seu cumprimento”*.

Por último, Fernando Ruas referiu a importância que assume a retoma das negociações do Acordo UE - Mercosul, do qual o Brasil faz parte, pelos *“evidentes benefícios económicos, bem como pelo reforço da proximidade e cooperação entre os nossos povos”*. 

“Precisamos de um quadro regulatório aberto à tecnologia”

Parecer sobre a Economia de Partilha aprovado pelo Parlamento

Foi aprovado com 39 votos a favor, 6 contra e 0 abstenções o parecer sobre a Agenda para a Economia Colaborativa na Comissão dos Transportes e Turismo, o qual **Cláudia Monteiro de Aguiar** é a responsável do PPE.

Esta Comissão Parlamentar do Parlamento Europeu afirma uma vez mais que *“precisamos em primeiro lugar de clarificar de que forma é que a legislação europeia existente deve ser aplicada à economia colaborativa, notificando os Estados-Membros que não cumprem com as regras”* sublinhado que a Comissão Europeia

“deve desenvolver princípios orientadores, uma vez que os modelos das economias colaborativas são distintos, para que todos os cidadãos e empresas usufruam dos mesmos direitos e deveres no mercado dos 28 Estados-Membros.”

A Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar refere que *“devemos legislar para os cidadãos e não para as empresas. E segundo uma sondagem 84% de portugueses com menos de 50 anos e 72% com mais de 50 anos são favoráveis aos modelos da economia de partilha, acima da média europeia que se coloca nos 73%. Sendo*

a mobilidade partilhada e o alojamento local os modelos mais populares.”

Sobre a polémica gerada em Portugal sobre as plataformas tecnológicas de mobilidade a Eurodeputada Cláudia Monteiro de Aguiar nota que *“estes serviços de mobilidade vieram responder a um monopólio imposto há décadas, e que por isso a limitação destes serviços, através, por exemplos da fixação de contingentes, é uma clara barreira à inovação e favorável à manutenção dos monopólios existentes”*. 

Marcelo Rebelo de Sousa visita exposição dos Açores no PE

O Presidente da República, Professor **Marcelo Rebelo de Sousa**, visitou a exposição “Azorean Colours”, que esteve em exibição no Parlamento Europeu e que foi promovida pela Eurodeputada **Sofia Ribeiro**, tendo ficado muito interessado pelas obras apresentadas.

No âmbito da semana de celebração do 60º aniversário do Tratado de Roma, o Presidente da República Portuguesa deslocou-se a Bruxelas e realizou uma série de reuniões com os Eurodeputados, Presidente do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, de modo a reafirmar o compromisso de Portugal com o Projecto Europeu. Após a reunião com os Eurodeputados portugueses, Marcelo Rebelo de Sousa, a convite da Eurodeputada Sofia Ribeiro, visitou a exposição dos Açores nesta instituição.

Segundo a Eurodeputada, “*após ter conhecimento da vinda do Senhor Presidente ao Parlamento Europeu, imediatamente envidei esforços para que ele pudesse visitar a exposição da escola de pintura do artista Martim Cymbron, no âmbito da iniciativa que promovi, convite que aceitou prontamente, honrando-nos com a sua presença*”.

De facto, após a reunião com os Eurodeputados portugueses na simbólica sala “Francisco Lucas Pires” do Parlamento Europeu, esperavam o Presidente dezenas de pessoas junto da exposição dos Açores, para tirarem algumas fotografias, entre as quais as famosas “*selfies presidenciais*”, bem como os artistas responsáveis pela exposição. Marcelo Rebelo de Sousa ouviu a descrição e explicação de cada um dos quadros por Martim Cymbron, tendo ainda sido apresentado com um quadro da sua autoria, representando as tradicionais hortências dos Açores, um livro de fotografias das paisagens de São Miguel da autoria de Urbano Cordeiro e o último trabalho discográfico do músico e compositor Açoriano Horácio Medeiros.

Ao finalizar as suas declarações, Sofia Ribeiro considerou ter sido “*extremamente importante a presença do Senhor Presidente, pela honra e ajuda que nos deu na promoção da nossa*



região, neste caso, também através da cultura. Foi o encerramento com chave de ouro da exposição, pois para além de contar com os artistas, com o Rancho Folclórico do Livramento, do chá da Gorreana, das queijadas de Vila Franca e de figuras tão distintas representando o Parlamento, a Comissão e a Representação Permanente de Portugal em Bruxelas, a presença do Senhor Presidente da República foi o que mais poderíamos desejar para culminar esta grande acção de promoção dos Açores no Parlamento Europeu”. 

Carlos Coelho exige acção robusta no combate às “fake news”

O Parlamento Europeu debateu, em sessão plenária, o impacto do **discurso de ódio**, do **populismo** e das **notícias falsas** nas redes sociais. **Carlos Coelho** interveio no debate de actualidade, defendendo que a amplitude do debate não deve levar a uma mistura de realidades que são distintas, mas referiu-se a cada um dos três temas em agenda.

Sobre o **discurso de ódio** (“*hate speech*”) afirmou que “**não podemos tolerar discursos de ódio. Nem nesta casa, nem em qualquer fórum público, e isso incluiu, também, redes sociais. É necessário envolver e colocar em co-**

operação todos os actores. Estado, plataformas online, escolas, meios de comunicação tradicionais. Todos. Não se trata apenas de retirar o discurso de ódio que surge na praça pública mas sim, e primeiramente, evitar que ele surja. É importante educar para a tolerância, para o respeito pelos outros e pela diferença”.

No que respeita às **notícias falsas** (“*fake news*”), sublinhou que “*não podemos ter medo de olhar para as notícias falsas também como uma arma de propaganda com implicações geopolíticas. E para tanto a União tem de ser forte e ter meios robustos para atacar o que, muitas vezes, são campanhas deliberadas de desinformação*”.

No que respeita ao fenómeno do **populismo**, o Deputado português alertou para um “*fenómeno extraordinariamente complexo, que cresce todos os dias. Temos de o combater mas também compreender a sua origem. Reduzir o populismo a discurso de ódio e notícias falsas pode ser também populismo*”.

Concluiu, destacando que “*combater estes fenómenos exige uma resposta eficaz, robusta e abrangente da União. O perigo que eles encerram para a Democracia e para a Liberdade é demasiado grave. Por isso se exige aos responsáveis políticos e aos cidadãos que não cedam ao facilitismo ou à cobardia*”.

Carlos Coelho defende Automóveis mais Seguros e menos Poluentes

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, o Relatório relativo à **homologação e fiscalização do mercado dos veículos a motor** e seus reboques e dos sistemas, componentes e unidades técnicas destinados a esses veículos, que contou com o apoio do Eurodeputado **Carlos Coelho**.

O **escândalo Volkswagen** colocou a nu problemas no sistema de homologações e fiscalização dos veículos a motor. Ao abrigo das regras atuais, as autoridades nacionais são as únicas que podem certificar que um veículo cumpre com todos os requisitos necessários para ser colocado no mercado, sendo também estas que controlam a conformidade dos fabricantes com as regras da UE.

Carlos Coelho, membro da Comissão do Mercado Interno e Protecção dos Consumidores, afirmou no debate parlamentar sobre a matéria ser urgente *“rever e aprofundar o sistema de homologação, como resposta imediata às anomalias reveladas de modo a evitar que casos de incumprimento se repitam”*.

“Vimos que não funcionou deixar apenas nas mãos dos Estados-Membro esse controlo. Esta revisão garante, e eu aplaudo, uma dupla vigilância pela Comissão Europeia que para tanto ganha novos poderes”, afirmou o social-democrata.

O projeto de Regulamento relativo à homologação e à fiscalização do mercado dos veículos



a motor mantém o princípio do reconhecimento mútuo, que faz parte da essência do Mercado Único da UE, mas também procura corrigir as falhas atuais do sistema através de:

- **Reforço da independência e a qualidade dos ensaios** a que um veículo tem de se sujeitar antes da sua colocação no mercado;
- Introdução de um **sistema eficaz de fiscalização** do mercado para controlar a conformidade dos veículos já em circulação;
- Reforço do sistema de homologação com **maior supervisão europeia**.

O Deputado português congratulou-se com o resultado alcançado por parte do Parlamento

Europeu por considerar *“que o equilíbrio entre o princípio do reconhecimento mútuo, que faz parte da essência do Mercado Único, mantém-se mas corrigem-se as falhas nesse sistema, evitando incumprimentos”*.

“Só vamos conseguir restaurar a confiança dos cidadãos e do mercado neste sector, com um quadro regulamentar robusto, transparente, previsível e sustentável, que garanta um elevado nível de segurança e de proteção da saúde, ambiente e dos consumidores. Isso passa também por medidas correctivas rápidas, adequadas e coordenadas”, afirmou Carlos Coelho em Estrasburgo. 

Os Portugueses no Reino Unido não podem ser discriminados!

O Parlamento Europeu debateu as **violações dos actuais direitos de livre circulação dos cidadãos da UE residentes no Reino Unido** e o recurso à expulsão após seis meses.

Carlos Coelho lembrou que *“a liberdade de circulação e residência é um pilar fundamental da União. É a expressão maior da cidadania europeia. É o maior sucesso de e para os Europeus. É a maior conquista da*

Europa dos Cidadãos”. O social-democrata sublinhou que *“para um país como Portugal, que sempre se voltou para o exterior, esta conquista reveste particular importância. A números de 2015, são mais de duzentos mil os portugueses que vivem no Reino Unido e que, enquanto cidadãos europeus, puderam beneficiar, sem serem discriminados pela sua nacionalidade de todos os direitos acessíveis aos Ingleses”*.

Carlos Coelho deixou por isso um apelo: *“os relatos de que as autoridades britânicas estão a dificultar, por via administrativa, a residência de europeus, não pode passar impune. Por enquanto, o Reino Unido permanece um Estado-Membro de pleno direito e por isso tem de respeitar as regras comunitárias. Em nome dos Europeus, mas em particular dos milhares de portugueses que residem no Reino Unido, este Parlamento tem de velar pelo estrito respeito dos direitos dos cidadãos europeus”*. 

A I Escola Europa foi um sucesso



A primeira edição da Escola Europa, uma iniciativa de formação política inspirada na Universidade Europa portuguesa, **foi um sucesso**. Este projecto das delegações portuguesa e espanhola do Partido Popular Europeu (PPE) no Parlamento Europeu foi dirigido por **Carlos Coelho** (Director da Universidade Europa) e **Ana Mato** (Directora da Escuela Europa).

A escola contou com a participação de **Maria-no Rajoy** (Presidente do Governo de Espanha) e **Pedro Passos Coelho** (Presidente do PSD e antigo Primeiro-Ministro de Portugal) o que atesta a importância que os dois partidos, PP espanhol e PSD português, dão à formação política, mas sinaliza também o entendimento de que Portugal e Espanha partilham desafios numa União em que têm de ser forças líderes no sentido da defesa da integração.

Durante quatro dias, **cinquenta jovens portugueses e espanhóis**, seleccionados conforme o currículo académico, discutiram os grandes desafios da União Europeia e o papel dos seus países no projecto de integração. No intenso programa, cada dia foi dedicado a um bloco temático: o primeiro aos **"Valores e Políticas da União Europeia"**, o segundo à **"Economia, Competitividade e Desenvolvimento Sustentável"** e o terceiro ao **"Modelo Social Europeu"**. No quarto e último dia, os participantes receberam uma formação sobre o funcionamento do Parlamento Europeu e realizaram uma simulação do plenário da instituição. Todos os deputados

portugueses e espanhóis do PPE ao Parlamento Europeu participaram na Escola. **Paulo Rangel**, para além de ter participado nas sessões de abertura e de encerramento da Escola Europa, interveio como orador no jantar conferência sobre o **"futuro da Europa"**.

Carlos Coelho, que enquanto director da Escola moderou os vários painéis de debate, foi orador na mesa que debateu a **"Crise Migratória e de Refugiados"**. No debate intitulado **"Europa face aos novos desafios"**, interveio **Miguel Poiães Maduro**. O debate **"Economia europeia competitiva"**, contou com as participações de **Fernando Ruas** e **Cláudia Monteiro de Aguiar**.

Inês Domingos, foi oradora no debate sobre os **"riscos do Brexit"**. O debate sobre **"a solidariedade como valor europeu"**, contou com a participação de **José Manuel Fernandes**. Por seu lado, **Sofia Ribeiro** foi oradora no debate intitulado **"Emprego e Desenvolvimento Regional face a Desafio Demográfico**

da Europa." O debate relativo às questões da **"igualdade como valor fundamental"**, ficou a cargo de **Regina Bastos**.

Ao longo dos dias da Escola vários membros do governo espanhol participaram nos trabalhos. Destaque para a presença de **Soraya Saénz de Santamaría** (Vice-Presidente do Governo), **Alfonso Dastis** (Ministro das Relações Exteriores) e **María Dolores de Cospedal** (Ministra da Defesa e Secretária Geral do Partido Popular).

No final dos trabalhos Carlos Coelho fez um balanço muito positivo referindo que **"esta Escola foi uma oportunidade única para 50 jovens portugueses e espanhóis debaterem o futuro do projecto europeu e para colocarem as suas questões e fazerem propostas directamente aos mais altos responsáveis políticos espanhóis e aos deputados europeus do seu país. Há uma geração, nos nossos dois países, que está absolutamente comprometida com a União e acredita na integração"**. 

Sofia Ribeiro defende legislação europeia de combate às práticas comerciais desleais

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** defendeu em Bruxelas, “o reforço da posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar, inculindo-lhe uma maior justiça e equilíbrio”, no âmbito do seminário “Fortalecimento da posição dos agricultores na cadeia alimentar”, promovido pela COPA-COGECA, entidade que representa os Agricultores e as Cooperativas Agrícolas Europeias.

Na sessão, que contou com a participação de responsáveis da Direcção Geral Agricultura, do Conselho Europeu e de uma das responsáveis pela task-force criada pelo Comissário da Agricultura, para estudar os mercados agrícolas com o objectivo de apresentar medidas que reduzissem a volatilidade dos preços, Sofia Ribeiro defendeu a **necessidade de se apostar nas organizações interprofissionais** como forma de proteger o elo mais fraco da cadeia alimentar e para “*existir uma participação proactiva por parte dos agricultores na formação dos preços*”. “Defendo que a primeira acção deva ser a **transparência dos mercados, ou seja, transparência na formação de preços. Precisamos saber que margens cada um dos operadores na cadeia alimentar recebe e só depois poderemos tomar medidas concretas, com o objectivo de reforçar a posição negocial dos agricultores**”, afirmou Sofia Ribeiro.

No debate, a Deputada teve ainda a oportunidade de referir que “*apenas para termos uma ideia deste desnível, as dez principais cadeias retalhistas a nível europeu estão concentradas em apenas 3 Estados-Membros, sendo que uma é do Reino Unido, pelo que poderemos considerar apenas 2 Estados-Membros. Isto demonstra claramente um enorme desequilíbrio de forças, dada a dimensão relativa das empresas face às organizações de produtores. É urgente, também por isto, que a Comissão Europeia ponha em prática o que foi decidido pelo Parlamento Europeu, nomeadamente um quadro legislativo europeu, comum a todos os Estados-Membros, de combate às práticas comerciais desleais e equilíbrio da cadeia alimentar.*”

Sofia Ribeiro ainda acrescentou ainda que “*não devemos discutir como ter preços ainda mais baixos, mas sim como podemos promover e vender*



Sofia Ribeiro afirmou. “Defendo que a primeira acção deva ser a transparência dos mercados, ou seja, transparência na formação de preços. Precisamos saber que margens cada um dos operadores na cadeia alimentar recebe e só depois poderemos tomar medidas concretas, com o objectivo de reforçar a posição negocial dos agricultores”.

os produtos refletindo no preço ao consumidor a sua qualidade e a **justa remuneração dos agricultores**”. Infelizmente a verdade é que os produtores terão sempre de enfrentar este desafio para produzir mais e melhor a custos mais baixos, e os retalhistas vão sempre lutar por preços melhores para garantirem boas margens de lucro. No entanto, e segundo a Deputada, “*ambos só podem ser verdadeiramente competitivos se pudermos melhorar a estabilidade e previsibilidade nas relações comerciais*”.

Ao finalizar a sua intervenção, Sofia Ribeiro referiu que “*temos de evitar práticas comerciais desleais como vendas com perda, discriminação de preços,*

pagamentos atrasados, mudanças contratuais unilaterais, restrições de acesso aos mercados, desequilíbrios na distribuição de lucros, entre outros, mas para que isto aconteça há que apostar no fortalecimento das organizações de produtores e aumento da responsabilidade dos seus membros, para evitar termos produtores que, p.ex., usem as cooperativas apenas quando lhes seja favorável e quando não, promovam vendas por fora, alcançando melhores preços ou vantagens comerciais, mas prejudicando os outros. Tenho a certeza de que se tivermos uma cadeia alimentar justa, estaremos a criar condições para os nossos agricultores possam investir e inovar, criando assim ainda mais riqueza e valor acrescentado”. 

Apoio de 3.925 milhões de euros à Madeira

O Parlamento Europeu aprovou, em sessão plenária, o relatório do eurodeputado do PSD, **José Manuel Fernandes**, que ativa o Fundo de Solidariedade da União Europeia para apoio às populações da Madeira, do Chipre e do Reino Unido.

O apoio aprovado, de **3.925.000€**, irá ajudar a fazer face aos prejuízos causados pelos fogos na Madeira, em Agosto de 2016, que provocaram uma área ardida de cerca de 6.000 hectares, e destruíram infraestruturas públicas, habitações privadas, negócios e afetaram a agricultura.

Simultaneamente foi também aprovado o apoio ao Chipre, pela grande seca sofrida no verão de 2016, e ao Reino Unido, pelas graves cheias de Dezembro de 2015 e Janeiro de 2016. Com 681 votos a favor, 11 votos contra e 31 abstenções, o Parlamento Europeu, confirma a solidariedade da União Europeia através do seu orçamento.

O Fundo de Solidariedade da União Europeia

O **Fundo de Solidariedade da União Europeia** (FSUE) foi criado em 2002 com o objetivo de prestar auxílio aos países da União Europeia, e países cuja adesão esteja em negociação,

afetados por grandes catástrofes naturais, com graves repercussões nas condições de vida dos cidadãos.

Para a aplicação deste fundo, são consideradas catástrofes naturais de **"grandes proporções"**, o principal foco deste fundo, catástrofes que provoquem estragos em que a estimativa do total dos prejuízos diretos seja ou superior a 3 mil milhões de euros (a preços de 2001) ou represente mais de 0,6% do rendimento nacional bruto do país, consoante o que for mais baixo.

Mas o FSUE pode também ser mobilizado para catástrofes consideradas **"regionais"**, em situações em que os prejuízos afetem a maior parte da população da região e tenham repercussões graves e prolongadas nas suas condições de vida e estabilidade económica, mesmo que o limiar nacional aplicável não tenha sido atingido. Nestes casos é prestada especial atenção às regiões remotas ou isoladas, como as regiões ultraperiféricas ou insulares, como é o caso da Madeira.

O valor de apoio atribuído é calculado como uma percentagem do valor de prejuízos estimados, provocados pelas catástrofes naturais. 



Porque é que a recolocação de refugiados continua a não funcionar?

O Parlamento Europeu, com os Parla-mentos Nacionais, debateu a terceira **Reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo** com o Comissário para a Migração, Assuntos Internos e Cidadania e a Presidência Maltesa do Conselho de Ministros da UE.

Carlos Coelho começou por recordar os dados desta tragédia humanitária: **"2016 foi o ano com o maior número de mortes no Mediterrâneo. Este ano, o número de mortes por cada 1000 pessoas é já superior ao do ano passado. Nas palavras de Enrico Letta, que o Mare Nostrum dos Romanos não**

se transforme no nosso Mare Mortuum".

O Social-democrata afirmou que **"não é por isso demais sublinhar a importância de alcançarmos um Sistema Europeu Comum de Asilo que seja realmente Europeu, que seja realmente comum, enfim, que funcione realmente."**

Internamente, esta é a grande reforma de fundo. E o pivot desta mudança é a nova Agência Europeia para o Asilo. Porque sejamos claros: não queremos transformar o actual Gabinete de Apoio numa Agência que apoia. Queremos uma Agência forte.

Uma agência que possa contribuir para a prevenção de crises como esta, que possa garantir que os Estados-Membros assumem as suas obrigações, que possa ajudar em casos extremos".

Carlos Coelho concluiu dirigindo-se ao Conselho: **"a minha pergunta, centra-se, contudo, no mecanismo de recolocação. A recolocação é um exemplo perfeito do problema central na gestão desta crise: há ação da União, mas depois os Estados-Membros não atuam. Sr. Ministro, porque é que a recolocação continua a não funcionar?"** 

Cláudia Monteiro de Aguiar

Eurodeputada do PSD repudia afirmações da Ministra do Mar

Durante a audição realizada na Assembleia da República, a Ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, afirmou que não pretende lançar qualquer procedimento público para uma linha ferry entre o continente e a Madeira, tendo ainda acrescentado que havia a intenção de aplicar taxas sobre o Registo Internacional de Navios.

Para a Eurodeputada do PSD, **Cláudia Monteiro de Aguiar**, as declarações da Ministra do Mar são "infelizes" pois "não podemos limitar a continuidade territorial ao espaço aéreo; lamento que o PS queira deixar de apoiar a linha marítima e continue com a sua visão limitada e retrógrada em relação à Madeira. O nosso maior receio neste momento é que estejamos a caminhar para um isolamento da nossa ilha."

Cláudia Monteiro de Aguiar alertou para a "existência de legislação europeia que protege a circulação de mercadorias e pessoas e que deve ser implementada pelos Estados-Membros através, por exemplo, dos fundos estruturais e de investimento."

A Eurodeputada madeirense referiu ainda "que a Madeira e os Açores são as únicas ilhas ultraperiféricas do Atlântico que não têm uma ligação ferry para passageiros e mercadorias e por



várias vezes já foram referidas pela Comissão Europeia como um mau exemplo. A ausência destas ligações é um obstáculo ao crescimento e ao desenvolvimento sustentável das regiões."

Cláudia Monteiro Aguiar exige que a Ministra e o Governo respeitem o Artigo 10.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, que determina que "O princípio da continuidade territorial assenta na necessidade de

corrigir as desigualdades estruturais, originadas pelo afastamento e pela insularidade, e visa a plena consagração dos direitos de cidadania da população madeirense, vinculando, designadamente, o Estado ao seu cumprimento, de acordo com as suas obrigações constitucionais."

A Deputada convida também a Ministra a olhar para os bons exemplos das Canárias e do Governo Central de Madrid. 

Eurodeputado Fernando Ruas saúda conclusão do Acordo UE - Canadá

O Parlamento Europeu aprovou o Acordo Económico e Comercial Global entre a União Europeia e o Canadá - conhecido pela designação inglesa **CETA** -, dando origem à conclusão do seu processo de ratificação a nível europeu e abrindo caminho à sua entrada em vigor, a título provisório, antes da ratificação pelos Parlamentos Nacionais.

O novo acordo alcançado, iniciado em 2009 e concluído em 2014 permitirá gerar novas e importantes oportunidades comerciais para ambos os blocos atlânticos, impulsionando o comércio, reforçando as relações económicas e gerando novos postos de trabalho.

Na qualidade de membro da Comissão de Comércio Internacional, **Fernando Ruas** teve oportunidade de intervir na sessão plenária, em Estrasburgo, sobre esta matéria, referindo que estamos perante um acordo "bastante completo, moderno, transparente e voltado para o futuro".

Na opinião do Eurodeputado, este acordo, "para além da eliminação de 98% dos direitos aduaneiros, prevê também a salvaguarda de serviços públicos, audiovisuais, de transportes e de produtos agrícolas mais sensíveis". Quanto a este último sector, o parlamentar sublinhou a relevância do acordo "garantir protecção a 143 indicações geográficas euro-

peias, 20 das quais são portuguesas".

No seu entender, este acordo, que é o mais ambicioso e mais abrangente realizado até agora, "contempla aspectos muito positivos, de que são exemplo, o reconhecimento mútuo de certificação de produtos e profissões, a manutenção de elevados padrões em matéria ambiental, de segurança alimentar, saúde e direitos dos consumidores" e, como tal, considera ainda que "a União Europeia irá beneficiar com este acordo e Portugal não será excepção, pois tem actualmente mais de mil empresas a exportar para o Canadá, sendo 89% PME's, que asseguram 12 mil postos de trabalho". 

Debate cara a cara: Paulo Rangel exige demissão do Presidente do Eurogrupo

Num debate com o presidente do Eurogrupo na sessão plenária de Bruxelas, **Paulo Rangel pediu a demissão imediata de Jeroen Dijsselbloem**. Em causa estavam as declarações de Dijsselbloem ao jornal Frankfurter Allgemeine Zeitung, nas quais defendeu que não se pode pedir ajuda depois de gastar o dinheiro em álcool e mulheres. Na sua intervenção Paulo Rangel confrontou - olhos nos olhos - o Presidente do eurogrupo: *"Se ninguém foi capaz de o fazer na reunião do Eurogrupo, eu aqui, no Parlamento Europeu, digo-lhe cara a cara e olhos nos olhos, que nós não nos satisfazemos com um simples pedidos de desculpas. O senhor Presidente do Eurogrupo não tem condições para continuar como Presidente do Eurogrupo, porque depois de fazer as declarações que fez mostra que tem um preconceito. Como é que pode estar aqui a falar sobre a Grécia quando tem um preconceito relativamente ao povo grego, ao povo cipriota, ao povo português, que fizeram os maiores sacrifícios, e que o fizeram com governos curiosamente do PPE, quando foram os governos socialistas, da sua família política, que destruíram as nossas contas públicas."*

"Acha que pessoas que tiveram imensos sacrifícios, que tiveram que abdicar dos seus salários, das suas pensões, são pessoas que gastam o dinheiro em copos e mulheres? É essa a sua conceção? Como é que alguém com esta mentalidade tem autoridade e legitimidade para vir aplicar programas e dar soluções, para a Grécia como é o caso de hoje, ou para Portugal ou para Chipre ou para outros países? Senhor Dijsselbloem, aqui, numa instância que representa os povos europeus, digo-lhe: só tem uma saída, é demitir-se e demitir-se o quanto antes". 

Sofia Ribeiro congratula-se com a presença de delegação dos Açores em Bruxelas



Decorreu em Bruxelas, uma sessão informativa sobre o programa de promoção e informação de produtos agrícolas "Enjoy, It's from Europe", por parte da Comissão Europeia, que contou com a presença da Eurodeputada **Sofia Ribeiro** e de uma delegação do sector dos Açores, com o objectivo de avaliar a possibilidade de realizar uma candidatura a este importante programa.

A Eurodeputada Sofia Ribeiro considerou *"muito importante a presença desta comitiva, pois como tenho vindo a alertar, ainda antes de tomar posse, este programa tem disponíveis muitos milhões de euros para a promoção dos produtos agrícolas, no mercado interno e externo da União Europeia, ao qual a maior parte dos Estados-Membros se candidatam, mas que infelizmente a Região não o faz, com prejuízo para o sector agrícola e da nossa indústria agroalimentar"*. De facto, o programa conta com um financiamento para o ano de 2017 de 123 milhões de euros, cabendo ao sector do leite, lacticínios e carne de suíno o montante de

12.8 milhões de euros. No evento, Sofia Ribeiro interveio, cumprimentando a delegação dos Açores e questionando a Comissão se entidades que incluam a participação do Governo Regional se podem candidatar a este importante programa. Segundo a Eurodeputada *"há a confirmação desta abertura para as candidaturas de entidades em que participe o Governo Regional, desde que as mesmas tenham a promoção e/ou a comercialização dos produtos agrícolas como objeto nos seus estatutos e cumpram os demais requisitos."*

Ao finalizar as suas declarações, Sofia Ribeiro defendeu que *"há que elogiar esta abertura por parte do Governo Regional, que veio ao encontro do que tenho defendido, criando assim mais oportunidades de escoamento dos nossos produtos, abrindo novos mercados e melhorando as condições dos nossos agricultores e de toda a fileira. Foi de facto muito bom poder ver aqui uma delegação muito interessante da nossa Região. Há um reflexo positivo do meu trabalho que espero que se materialize numa primeira candidatura com sucesso."* 

O Secretário-Geral da OMT visita a Madeira a convite da Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar

Cláudia Monteiro de Aguiar congratula-se pela resposta positiva por parte do Secretário-Geral da Organização Mundial do Turismo, **Taleb Rifai**, à sua proposta de visita a Portugal, com duas paragens - Lisboa e Madeira - destacando que *“numa altura em que o Turismo é um sector que dinamiza com grande peso a economia em Portugal as relações com a OMT devem ser reforçadas.”*

Uma das iniciativas que a Deputada propôs é a realização, na visita à Madeira, da assinatura do *“Código de Ética Global para o Turismo”* pelas empresas e pelas entidades públicas que directa ou indirectamente estão ligadas ao sector. Segundo a Eurodeputada *“este código de ética reúne um conjunto de princípios para o desenvolvimento sustentável do destino turístico e a Madeira, enquanto Membro associado da OMT, não deve ficar de parte destas iniciativas levadas a cabo pela OMT e assinadas pela maioria dos Estados parte.”*

Outro tema abordado foi a declaração pela ONU de 2017, Ano Internacional do Turismo Sustentável. A Sustentabilidade enquanto parte do Turismo é um tema que preocupa a Deputada que desafia *“a Hotelaria, as empresas do sector e as entidades públicas em Portugal a aproveitar a visita do Secretário-Geral a Portugal para aderir às duas iniciativas da OMT sobre eficiência energética e uso de renováveis, Nearly Zero Energy Hotels e Hotel Energy Solutions. Estas iniciativas apoiam as entidades a alcançar as metas, por exemplo, da Directiva Eficiência Energética, e a cumprir o esforço comum de reduzir as emissões de CO2.”*

A Deputada acredita que o posicionamento e a diferenciação do destino Portugal passa pela aposta horizontal na sustentabilidade ambiental e social do sector do Turismo, para, por um lado, melhorar a oferta e a percepção do visitante e, por outro, a qualidade de vida dos residentes.

Ainda no âmbito desta visita a Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar deu uma aula aberta na Universidade da Madeira, juntamente com o Secretário-Geral da OMT. 



Segundo a eurodeputada Cláudia Monteiro de Aguiar *“este código de ética reúne um conjunto de princípios para o desenvolvimento sustentável do destino turístico e a Madeira, enquanto Membro associado da OMT, não deve ficar de parte destas iniciativas levadas a cabo pela OMT e assinadas pela maioria dos Estados parte.”*

Carlos Coelho avalia Cimeira de Roma:

“Passar da Agenda de Intenções ao Calendário de Acções”

No passado dia **25 de Março de 2017** assinalaram-se os **60 anos da assinatura do Tratado de Roma**. Por ocasião deste marco, Chefes de Estado e de Governo de 27 Estados-Membros da União Europeia (o Reino Unido não esteve representado, por opção do governo britânico) reuniram-se informalmente, em Roma, aprovando um documento sobre o futuro do projecto de integração. **Carlos Coelho**, que já havia assinalado o aniversário da assinatura do Tratado abordou as conclusões da Cimeira.

Em Bruxelas, o Deputado ao Parlamento Europeu afirmou que **“a Agenda de Roma é uma carta de princípios e intenções com que todos, de uma forma ou de outra, temos de concordar. É evidente que os desafios apontados - conflitos regionais, terrorismo, pressões migratórias, protecção e desigualdades sociais e económicas - são prementes e as quatro premissas apresentadas são de uma bondade irrefutável. Todos nós queremos uma Europa segura e protegida, uma Europa próspera e sustentável, uma Europa Social e uma Europa mais forte no plano mundial. A questão já não se coloca nas declarações,**

mas no seu seguimento. Temos, de uma vez por todas, passar da agenda de intenções ao calendário de acções. Se os governos dos Estados-Membros se comprometem com estes objectivos, também têm de se comprometer com prazos e com metas a sério”. Acrescentou, a propósito do texto da declaração, que **“é significativo que este texto tenha a assinatura dos dirigentes nacionais, mas que esteja partilhado com a assinatura dos presidentes das instituições europeias. Por outro lado, preocupa-me a referência a ritmos e intensidades diferentes por parte dos Estados-Membros, quando for necessário. Concordo com alguma flexibilidade, mas receio que o excesso de ritmos diferentes conduza a uma Europa «à lá carte» com menos coesão, quando o que hoje precisamos é de mais integração”**.

Questionado sobre as reacções à Cimeira, o social-democrata reconheceu que **“este aniversário já prestou um serviço notável: colocou a sociedade a debater a Europa e o seu futuro. O Livro Branco da Comissão sobre o Futuro da Europa tem esse mérito, o de colocar à vista de todos as consequências futuras das**

decisões que tomamos hoje. O Presidente da Comissão e o Presidente do Parlamento assinaram, mesmo, artigos de opinião em jornais de referência nacionais, apelando à participação dos cidadãos neste debate. É fundamental que essa abertura seja real e que os cidadãos europeus sintam que as suas queixas, os seus contributos e as suas críticas são, pelo menos, ouvidas neste processo”.

Numa nota final, o mais antigo dos Deputados portugueses em funções no Parlamento Europeu, afirmou: **“Em poucas palavras, o que espero desta Agenda, na prática, são três coisas:**

- **Em primeiro lugar, que os desafios apresentados constituam objectivos concretos com a definição clara do que cada um tem de fazer e do calendário para o realizar;**
- **Em segundo lugar, que esta Agenda tire partido de todas as potencialidades já inscritas no Tratado de Lisboa, aprofundando a integração;**
- **Em terceiro lugar, que o papel dos governos não sufoque, antes estimule a participação dos cidadãos, dos parlamentos e da sociedade civil”**. 

Eurodeputado José Manuel Fernandes defende nova rubrica orçamental na UE para Segurança, Defesa e Migrações

O eurodeputado **José Manuel Fernandes** defende a introdução de uma nova rubrica no Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da União Europeia, de forma a garantir uma programação orçamental destinada a **Segurança, Defesa e Migrações**.

“Para situações extraordinárias, como o fenómeno das migrações ou ameaças ao território europeu, é preciso dinheiro extraordinário. É que não podemos penalizar políticas, programas e áreas de investimento já programadas”, sustentou José Manuel Fernandes, coordenador do PPE na comissão dos orçamentos.

Explicando a dotação estrutural orçamental de financiamento às políticas europeias, numa Aula Aberta sobre a União Europeia promovida por alunos da Escola de Direito da Universidade do Minho, José Manuel Fernandes realçou a importância da estabilidade e previsibilidade num Quadro Financeiro Plurianual – como o que está em vigor, com duração de sete anos, 2014-2020 –, mas reconheceu a necessidade de mais flexibilidade e reforço orçamental, face a novos desafios, problemas e ameaças.

“É o caso do fenómeno das migrações, assim como os riscos dos radicalismos europeus,

vindos tanto da extrema-esquerda como extrema-direita, a que se juntam também a nova deriva populista americana com Donald Trump e o ‘bullying’ de Vladimir Putin, que quer recuperar a hegemonia soviética”.

Com uma sexta rubrica de financiamento para Segurança, Defesa e Migrações, o coordenador do PPE na comissão dos orçamentos entende que **“estariamos a assegurar uma melhor capacidade para responder a situações que são novas e a evitar que, para financiar situações extraordinárias, tenha que se reduzir as dotações orçamentais já previstas para as políticas da União Europeia”**. 

Carlos Coelho defende em Bruxelas melhores regras para controlar as infracções à legislação do direito do consumidor

A Comissão do Mercado Interno e Protecção dos Consumidores (IMCO) aprovou em Bruxelas, por unanimidade, o Relatório sobre a **cooperação entre as autoridades nacionais** responsáveis pela aplicação da legislação de **defesa do consumidor**.

Carlos Coelho, responsável pelo dossier no Partido Popular Europeu, congratulou-se com a aprovação deste Relatório, seguindo-se agora as negociações com as outras instituições (Comissão Europeia e Conselho) de modo a fechar este dossier ainda durante a Presidência Maltesa do Conselho.

O social-democrata destacou que com este novo instrumento legislativo **ganham os consumidores** e **ganham as autoridades nacionais** que aplicam a legislação europeia do consumidor que **vêm reforçados os seus poderes** e modernizado o seu mecanismo de cooperação tornando-o **mais eficiente e adaptado ao mercado digital**.

As **organizações de consumidores e de operadores vão poder também finalmente participar na rede de cooperação** lançando alertas de infracções no mercado que tenham conhecimento.

De destacar o **novo procedimento comum ao nível da União** para reprimir infracções graves que prejudiquem ou possam prejudicar os interesses coletivos dos consumidores numa **maioria de Estados-Membros** que, conjuntamente, por proposta de Carlos Coelho, correspondam, no mínimo, à maioria da população da União sob coordenação da Comissão.

I – Antecedentes

A aplicação coerciva do direito dos consumidores é, em primeiro lugar, competência de cada Estado-Membro. Porém, num Mercado Interno sem fronteiras, as autoridades nacionais só podem lidar eficazmente com infracções aos direitos dos consumidores em contexto transfronteiriço se **cooperarem entre si**, em especial nas vendas em linha transfronteiriças - comércio digital.

O actual Regulamento CDC que datava de 2004 estabelece mecanismos operacio-



nais de cooperação entre as autoridades nacionais fiscalizadoras permitindo que elas coordenem as suas acções de repressão das infracções ao direito europeu dos consumidores.

Não obstante os resultados positivos, o Regulamento não era totalmente eficaz devido a insuficiências nas competências mínimas das autoridades sobretudo na esfera digital, na partilha de informações sobre o mercado e a inexistência de um mecanismo que reprima infracções que envolvem vários países como por exemplo o que aconteceu com o caso Volkswagen ou o caso Apple em que a multinacional não respeitava a garantia europeia de 2 anos dos produtos.

A UE entendeu pois modernizar o actual Regulamento com vista a melhorar a aplicação dos direitos dos consumidores europeus e adaptar esta peça legislativa à era digital.

II – Quem são as Autoridades Nacionais

São as autoridades públicas nacionais, regionais ou locais que cada Estado-Membro designa por lei interna terem responsabilidades específicas na aplicação coerciva da leis que defendem os interesses dos consumidores.

Autoridade Nacionais em Portugal

Direcção-Geral do Consumidor - Serviço de Ligação único: entidade responsável pela coordenação da aplicação do Regulamento em Portugal.

11 Autoridades Nacionais : autoridades dotadas de competências específicas para aplicar a legislação de defesa dos interesses dos consumidores:

- Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM);
- Ministério Público (MP);
- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE);
- Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (INFARMED);
- Banco de Portugal (BdP);
- Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM);
- Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC);
- Agência Nacional de aviação civil (ANAC);
- Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT);
- Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD). 

Parlamento Europeu discute segurança nos navios

“Digitalizar sim, mas sem criar mais burocracia”

Cláudia Monteiro de Aguiar é a responsável do PPE para as propostas de Directivas Europeias referentes ao registo de pessoas que viajam em navios de passageiros e as formalidades requeridas aos navios e ao sistema de inspecções para a segurança de ferries ro-ro e embarcações de passageiros de alta velocidade em serviços regulares.

O debate destas duas propostas, levado a cabo na Comissão dos Transportes e Turismo, tem como objectivo reformular a actual legislação, de forma a garantir maior segurança das pessoas a bordo e das condições dos navios e, simultaneamente, promover a digitalização do transporte marítimo.

Na questão do registo de pessoas a bordo e em caso de emergência ou acidente Cláudia Monteiro de Aguiar considera que “*a par do sistema Janela Portuária Única e do Sistema de*

Identificação Automático deve ser possível que cada Estado-Membro utilize os seus próprios sistemas eletrónicos, de forma a não criar mais burocracia aos pequenos operadores” e que “seja mantida a derrogação para a transmissão das informações para viagens inferiores a 1 hora.”

Relativamente à Directiva sobre o sistema de inspecções para a segurança das embarcações regulares, Cláudia Monteiro de Aguiar pretende que as inspecções prévias e regulares “*estejam coordenadas com as inspecções do Estado de Porto e com as vistorias do Estado de Pavilhão, para que as embarcações estejam o menos tempo paradas, sem colocar em causa a segurança em alto mar.*”

Nota sobre as Directivas

A proposta de Directiva sobre o registo de passageiros prevê que o registo de passageiros e tripulantes seja transmitido por meios electrónicos, e

que em caso de emergência ou acidente permita o acesso imediato, à autoridade competente na busca e salvamento.

Acresce aos dados já pedidos a nacionalidade e elementos sobre a necessidade de cuidados ou assistência especiais em situações de emergência, o que é pedido a título opcional. Os sistemas janela portuária única, o SafeSeaNet e o sistema de identificação automático (AIS) deverão ser utilizados como plataformas digitais para a transmissão dos dados, reduzindo o ónus da responsabilidade às companhias de navegação.

A Directiva sobre o sistema de inspecções para a segurança das embarcações regulares pretende alinhar a legislação europeia com a legislação internacional da Organização Mundial Marítima, e eliminar inspecções e vistorias desnecessárias, baseando o novo sistema no risco, e não nos navios e nas companhias de navegação. 

Sofia Ribeiro defende a aposta na inovação e empreendedorismo no âmbito da economia Azul

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** foi oradora em duas mesas redondas, na Assembleia Geral da Comissão do Arco Atlântico, da Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas (CRPM), que decorreu este fim-de-semana, na região *Les Sables d'Olonne*, em França, tendo defendido a necessidade de “*rejuvenescimento dos sectores marinho e marítimo da União Europeia, bem como o fomento da inovação ao nível da economia azul com o objectivo de impulsionar estes sectores e criar empregos qualificados e bem remunerados.*”

No evento, que contou com a participação de inúmeros especialistas em assuntos do mar durante os dois dias de trabalho, bem como da Secretária Geral da CRPM e do Presidente e da Secretária Executiva da Comissão do Arco Atlântico, Sofia Ribeiro participou nas mesas redondas intituladas



“A geração futura à procura de inovação na economia azul” e “Inovação enquanto ferramenta para proteger e assegurar o ambiente Atlântico”. Na ocasião, Sofia Ribeiro afirmou que “*esta foi uma excelente experiência em que tive também a oportunidade de verificar e debater alguns projectos*

-piloto muito interessantes desenvolvidos pela Escola Profissional Eric Tabarly, com muita qualidade e pertinência para o nosso Atlântico.”

Ao finalizar as suas declarações, Sofia Ribeiro recordou o trabalho desenvolvido no âmbito da sua actividade no Parlamento Europeu no que concerne ao sector das pescas, tendo acrescentado que “*como é possível constatar e confirmar, sempre que possível tenho defendido a necessidade de apostar fortemente na formação, pois acredito que esta é a via correcta para atingir os objectivos destes sectores fortemente enraizados nas culturas e tradições europeias, mas que necessitam de integrar a investigação e a inovação de modo a assegurar o seu pioneirismo, sustentabilidade e viabilidade no futuro próximo.*” 

Sofia Ribeiro aponta solução para financiamento da pista da Horta

Na sequência das jornadas realizadas nas ilhas Pico, S. Jorge e Faial, a Eurodeputada **Sofia Ribeiro** reuniu com o grupo de amigos do aeroporto da Horta, acompanhada pelos Deputados Regionais do PSD/Açores **Carlos Ferreira** e **Luís Garcia**, bem como de uma delegação da estrutura de ilha do Partido. Essa reunião, que decorreu na sequência de uma solicitação do grupo de cidadãos que se encontram a estudar a ampliação da pista do aeroporto da Horta, visou analisar as hipóteses de se recorrer a financiamento Europeu na realização das respectivas obras, uma vez que o referido grupo havia inquirido previamente a Eurodeputada relativamente à possibilidade de se recorrer ao Mecanismo Interligar a Europa.

Tendo por referência uma explicitação da Comissão Europeia, Sofia Ribeiro informou que este mecanismo, no quadro Financeiro Plurianual Europeu em vigor, não prevê subvenções directas para apoiar a capacidade dos aeroportos regionais e adiantou que *“apesar de estar obviamente disponível para requerer que o próximo quadro financeiro, no pós 2020, contemple soluções para os nossos aeroportos e aeródromos, julgo não ser esta uma solução satisfatória, por ser demasiado tardia. É, aliás, profundamente lamentável que tenhamos desperdiçado as ajudas europeias para infraestruturas, construindo elefantes brancos que não geram riqueza nem garantem retorno social, e hoje temos muito mais dificuldade em financiar projectos prioritários, quando desbaratámos apoios no passado”*.

Recordando que a filosofia que hoje preside aos apoios europeus nada tem a ver com taxas de execução, mas com garantias de retorno e de replicação dos investimentos que a União Europeia venha a potenciar, a Eurodeputada do PSD/Açores não deixou, contudo, de apontar soluções alternativas de financiamento. Para Sofia Ribeiro, *“caso haja interesse conjunto dos Governos Regional e da República, pode-se recorrer a apoio através de instrumentos financeiros, nomeadamente do Fundo Europeu de*



Investimentos Estratégicos, mais conhecido por Plano Juncker, o que requer a abertura de um procedimento de negociação com as entidades europeias responsáveis”. Ainda que reconheça dificuldades neste processo de candidatura, a Eurodeputada exemplifica recorrendo a situações similares de obtenção de tal financiamento, destacando a construção, na Alemanha, de uma autoestrada, e acrescenta: *“se o Governo Regional e o Governo da República entendem poder candidatar o desenvolvimento do porto da Praia da Vitória ao Plano Juncker, não vejo por que não não-de poder candidatar a ampliação da pista do aeroporto da Horta ao mesmo programa”*.

À margem de tal apreciação, e tendo igualmente reunido com diversos agentes turísticos Faialenses, Sofia Ribeiro não deixa de frisar que o investimento em infraestruturas que potenciem o turismo não pode deixar de ser acompanhado da aposta na formação inicial e contínua de trabalhadores nessa área, sem desprimor do ensino de línguas estrangeiras, não sendo suficiente, no seu entendimento, o domínio do Inglês. A Eurodeputada vai ainda mais longe, referindo que

“é necessário que desbloqueemos o quanto antes uma série de procedimentos excessivamente burocráticos que obstam ao investimento e que levam a que diversos empresários equacionem desistir dos programas de que podem dispor, pela sua morosidade e pelos custos acrescidos pela ineficiência administrativa na gestão dos referidos programas”.

Recorde-se que a Eurodeputada reuniu igualmente, no Faial, com a APEDA, a APASA, a APADIF, a CCIH, a CALF e com a Associação de Agricultores do Faial, tendo também visitado a Queijaria O MORRO, bem como diversos empreendimentos turísticos locais.

Para Sofia Ribeiro *“esta jornada corresponde a uma filosofia que preside ao trabalho que tenho vindo a desenvolver, de grande proximidade com as pessoas que represento, em que apresento contas da minha intervenção e reúno dados para reenquadrar a minha acção futura, estando centrada em quatro pontos de acção, a saber: a Agricultura, a Pesca a Economia Social e Solidária e o Turismo.”*